

TEMPO SUBJETIVO NA FILOSOFIA DA MEMÓRIA: AUTONOESE E VIAGEM NO TEMPO MENTAL

SUBJECTIVE TIME IN THE PHILOSOPHY OF MEMORY: AUTONOESIS AND MENTAL TIME TRAVEL

*Gabriel Zaccaro*¹

Resumo: A filosofia da memória é uma área na qual se convergem conhecimentos próprios da filosofia, assim como de evidências empíricas provenientes da área da psicologia cognitiva e das neurociências. Um dos problemas vigentes dentro da filosofia da memória se concentra na busca de uma definição precisa de nossas memórias episódicas, isto é, nossas memórias de eventos do passado. Uma característica inescapável para qualquer definição precisa da memória episódica concerne sua fenomenologia específica. Apesar de ser um elemento majoritariamente estudado na psicologia, vemos recentemente que a filosofia pode ajudar a clarificar a definição dessa fenomenologia. Além disso, as teorias filosóficas sobre a memória também têm um impacto significativo na maneira como entendemos a memória dentro das ciências empíricas. Assim, o objetivo desse artigo é a definição da fenomenologia da memória episódica, assim como a demonstração de sua fundamental importância para as teorias filosóficas mais recentes sobre a memória episódica. Acredito que através dessa clarificação, estaremos mais bem preparados para caminharmos em direção a um entendimento mútuo e interdisciplinar dessa capacidade cognitiva.

Palavras-chave: Memória episódica. Fenomenologia. Autooese. Causalismo. Simulacionismo.

Abstract: The philosophy of memory is a field in which both knowledge particular to the philosophy, as well as empirical evidence derived from the fields of cognitive psychology and the neurosciences, converge. One of the current problems within the philosophy of memory focus on the search for a precise definition of our episodic memories, that is, our memories from events of our past. One inescapable characteristic of any precise definition of episodic memories concerns its specific phenomenology. Although its an element mostly studied in psychology, we see recently that philosophy can help clarify the definition of this phenomenology. Furthermore, the philosophical theories about memory also have a significant impact on how we understand memories within the empirical sciences. Thus, the objective of this article is the definition of the phenomenology of episodic memory, as well as the demonstration of its fundamental importance to the more recent philosophical theories of episodic memories. I believe that through this clarification, we will be more well-prepared to walk in the direction of a mutual and interdisciplinary understanding of this cognitive capacity.

Keywords: Episodic memory. Phenomenology. Autooesis. Causalism. Simulacionism.

1. Introdução

Pense agora em um evento que você presenciou em seu passado. Seja ele qual for, uma festa de aniversário, uma formatura ou até mesmo o seu almoço no dia de ontem,

¹ Universidade Federal de Santa Maria. E-mail; zaccaro.reis@acad.ufsm.br, gabrielzaccaro97@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0888-2816>

você provavelmente experimentou tal evento com um certo sentimento inequívoco de que o episódio de fato se deu em seu passado pessoal. Apesar de parecer uma afirmação óbvia não é claro o porquê de termos tal experiência subjetiva de tempo em nossas memórias. No entanto, esse caráter *fenomenológico* das memórias parece também ser parte constitutiva de sua natureza. Afinal, basta que consideremos que não estaríamos tão dispostos a designar um estado mental como uma memória se ele não tivesse tal fenomenologia.

A partir dessas poucas considerações, já podemos começar a notar que essa fenomenologia tem um papel importante na nossa própria concepção do que é uma memória. Esse artigo tratará sobre essa fenomenologia, também definida, dentro do âmbito das pesquisas sobre a memória, como a nossa experiência do tempo subjetivo. Aqui explorarei algumas definições gerais sobre tipos de memória, e me voltando para um tipo específico delas, a dizer, a memória episódica, e mostrarei como essa fenomenologia que está intrinsecamente relacionada a elas têm obtido um papel central para sua definição em algumas das principais teorias dentro do campo da filosofia da memória.

Na literatura sobre a memória nós encontramos diversas tentativas de dar uma resposta ao que seria especificamente esse tipo de fenomenologia do tempo subjetivo que está atrelada às memórias. Podemos suscitar, por exemplo, o seminal trabalho de Endel Tulving, *Memory and Consciousness* no qual ele descreve os diferentes tipos de consciência que estão associados a diferentes tipos de memória (TULVING, 1985). Nesse trabalho Tulving dá grande importância a consciência auto-noética ou auto-noese, que segundo ele seria o tipo de consciência que acompanharia a memória episódica, ou nossa memória de eventos passados. Também temos outros pensadores como William James (1890) que consideram que a fenomenologia da memória pode ser explicada através de um *sentimento de passadidade*, que é descrito como um sentimento de *calor e intimidade* com o passado. Mais recentemente, outros psicólogos tendem a ver essa fenomenologia como um sentimento de saber episódico (*episodic feeling of knowing*), isto é, uma “reflexão fenomenológica do fato de que sua memória de primeira-ordem é de primeira-mão, *i.e.*, se origina diretamente de sua experiência passada” (DOKIC, 2014).

Assim, apresentarei ao leitor diferentes visões acerca de um conceito central para a filosofia da memória, o de *auto-noese*. Pretendo, assim, explorar suas diferentes definições e mostrar como elas modificaram a maneira como nós concebemos a capacidade de lembrar episodicamente. Dentre as diversas questões tratadas pela filosofia

da memória contemporaneamente, o problema da definição do conceito de memórias episódicas é o problema central. Existem primariamente duas maneiras como podemos interpretar a busca pela definição desse conceito. Primeiramente seria a busca por um critério de *mnemicidade* e em segundo lugar seria a busca por um critério de *episodicidade*.

A busca por um critério de mnemicidade compreende a procura por critérios que diferenciem as memórias de estados mentais majoritariamente entendidos como distintos, como a imaginação. Dentre as visões que pretendem dar uma resposta a esse problema, podemos suscitar a Teoria Causal da Memória e a Teoria Simulacionista da Memória, as quais serão tratadas mais profundamente na seção 4.

Por outro lado, os critérios de episodicidade definem a identificação de critérios para distinguir a memória episódica de outros tipos de memória, como por exemplo a memória semântica. E é em grande medida sobre este aspecto que nos focaremos nesse primeiro momento. Isto porque através da literatura sobre a fenomenologia do tempo subjetivo, a autoconsciência é tida de maneira consensual, como um elemento exclusivamente episódico. Existem claro, motivos para acreditarmos que a maneira como experimentamos o tempo subjetivo na memória difere da maneira como o experimentamos em uma imaginação, por exemplo. No entanto, essa diferença, como apresenta Tulving, se mostra patente quando nós nos restringimos somente ao âmbito da memória, de maneira que, somente podemos defender que as memórias episódicas possibilitam que nos conectemos a um tempo subjetivo passado.

O artigo se desenvolverá da seguinte maneira. Na seção 2 darei algumas definições preliminares para situar o leitor na problemática da experiência do tempo subjetivo. Após isso, na seção 3, darei uma definição de autoconsciência e de viagem no tempo mental, e mostrarei a relação entre esses conceitos segundo a extensa literatura psicológica baseada principalmente pelos estudos do psicólogo Endel Tulving. E finalmente, na seção 4, mostrarei de que forma a conjunção desses conceitos é importante para a literatura contemporânea da filosofia da memória, e como eles podem nos ajudar a entender o problema da definição de memórias episódicas. Principalmente, noto que o desenvolvimento da ideia de que memórias episódicas constituem uma experiência de viagem no tempo mental é importante para as visões construtivistas sobre a memória.

2. Definições preliminares

Acredito que seja necessário, antes de entrarmos em definições sobre os componentes de uma memória episódica, primeiramente definir de maneira mais geral, o que se entendia por uma memória episódica e sua diferença em relação a outros tipos de memória, antes da proposição dos conceitos de autoconsciência e viagem no tempo mental. Desse modo podemos analisar um pouco da história conceitual desse tipo de memória. Existiram, através da literatura, diferentes maneiras de se caracterizar os diferentes subtipos de memória. Primeiramente pode citar a visão do senso comum, na qual a memória é vista como uma capacidade única, que desempenha várias funções, como a de preservar fatos, experiências pessoais e atributos perceptuais. Essa visão pode ser justificada simplesmente pelo fato de que nós não correlacionamos e nem precisamos correlacionar, em um uso não acadêmico, conteúdos mnêmicos distintos, com diferentes tipos de memória. Essa maneira de caracterizar a memória é amplamente utilizada por nós em contextos cotidianos, e a memória conceitualizada dessa maneira mais geral, cumpre a função a qual ela é designada, a nomear, designar uma capacidade de trazer ao presente informações passadas, sejam elas quais forem. Em um contexto acadêmico, no entanto, uma caracterização tão geral não parece funcionar, a medida em que observamos diferenças significativas entre diferentes instâncias de memória, diferenças essas que justificam uma diferenciação entre *tipos* de memória.²

Diferentemente do senso comum, também podemos suscitar a diferenciação entre memória de curto prazo e memória de longo prazo (ATKINSON; SHIFFRIN, 1968). Essa é uma diferenciação que não figura tão frequentemente na literatura sobre a memória atual, mas que guiou e surtiu efeito em diversos estudos dentro do campo psicológico (MICHAELIAN; SUTTON, 2017). Em relação ao senso comum, ela nos capacita a entender coisas que um mero entendimento da memória como uma capacidade única ou monolítica não capacita, como por exemplo as diferenças entre uma retenção de informação por um curto ou por um longo período. Contudo, algumas outras definições surgiram, e se mostraram mais adequadas de acordo com as evidências empíricas de

² Existem, como veremos na subseção intitulada “Teoria Causal Autoconsciente” exemplos de teorias que reservam o termo “memória” a um tipo específico de capacidade neurocognitiva, a nomear, o que normalmente chamaríamos de memória episódica.

estudos psicológicos,³ além de darem um passo além da definição de Atkinson e Shiffrin, que é a distinção entre diferentes tipos de memória de longo prazo.

2.1. Memórias declarativas

O entendimento sobre a compartimentalização da memória, tal como utilizamos atualmente, começa a mudar com o estudo do caso do paciente H.M. (SCOVILLE; MILNER, 1957). O caso do paciente H.M. foi muito importante para o desenvolvimento do nosso entendimento sobre a memória, pois foi um caso bem documentado na literatura. Isto porque a Dra. Brenda Milner acompanhou o caso de H.M. até o seu falecimento, estudando minuciosamente sua condição (RIBAS, 2020). H.M. sofria de um quadro grave de crises epiléticas incapazes de serem contidas com medicamentos e como uma solução para o seu problema, ele realizou uma cirurgia que removeria os seus hipocampos com a expectativa do tratamento de suas crises epiléticas. Apesar do sucesso em tratar de suas crises epiléticas, uma causa inesperada de sua cirurgia, no entanto, foi um quadro grave de amnésia tanto retrógrada quanto anterógrada, isto é, H.M. perdeu a capacidade de formar novas memórias, assim como sua capacidade de se lembrar de alguns eventos anteriores a sua cirurgia.

A partir do estudo desse caso, Milner et al. (1968) observaram que apesar de ter suas capacidades para se lembrar de episódios de seu passado pessoal afetadas, H.M. ainda podia, mesmo que com mais dificuldade do que o normal, se lembrar de conhecimentos e fatos gerais. Isso levou os autores a levantar a hipótese de que a memória não era de fato uma capacidade cognitiva única, mas sim uma capacidade compartimentalizada e que era desempenhada por diferentes regiões do encéfalo. Assim, as evidências provenientes do estudo do caso de H.M. apontavam para uma diferenciação do que antes era tido como uma memória de longo prazo. Esse pode ser considerado o primeiro passo no desenvolvimento do estudo da memória na era moderna (SQUIRE, 2009).

³ Dentre algumas delas podemos citar os casos de pacientes amnésicos como os pacientes H.M. e K.C. tratados no decorrer deste artigo.

2.2. Memória episódica, memória semântica, e memória procedural

Já em 1972, a partir dos estudos do psicólogo Endel Tulving, vemos o próximo passo tomado em relação a subdivisão dos sistemas de memória. Tulving divide os sistemas de memória declarativas em *memórias episódicas* e *memórias semânticas* tomando o *conteúdo* como elemento diferenciador. Memórias episódicas são memórias que temos a respeito de episódios de nosso passado pessoal, como por exemplo a lembrança de uma festa de aniversário quando éramos criança. Esse tipo de memória, segundo a caracterização de Tulving é acompanhada pelo que ficou conhecido como informação WWW (*what-where-when*). Em uma tradução literal chamaríamos de informação o *quê-onde-quando*, pois seu conteúdo compreende informações que especificam *o que* aconteceu, *onde* aconteceu e *quando* aconteceu.

A partir dessas informações o indivíduo teria todos os elementos necessários para se lembrar de um episódio. Por exemplo, para que alguém se lembre de sua festa de aniversário de 10 anos, basta que ele lembre informações relativas ao que aconteceu no evento (*e.g.* ele comeu bolo ou brincou com seus amigos na sua festa de aniversário), onde o evento ocorreu (*e.g.* no apartamento da rua tal-e-tal), e também quando isso ocorreu (*e.g.* no dia 11 de agosto de 2007).

Além disso, Tulving também definiu as memórias semânticas. Esse é o tipo de memória responsável por nossa lembrança de conhecimentos gerais sobre o mundo, e assim, é uma memória exclusivamente proposicional. Diferentemente da memória episódica, onde nós temos a re-experiência de eventos, *i.e.*, onde o indivíduo revisita determinado episódio por meio de imagerias mentais (*mental imagery*),⁴ na memória semântica o contato com o passado é exclusivamente proposicional. Assim, nas memórias semânticas o indivíduo saberia por exemplo que “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 1500”, ou que “ $2+2=4$ ”. Desse modo, esses dois tipos de memória se difeririam bastante por causa do tipo de informação que é trazida a consciência. Na memória episódica seria a informação WWW e na memória semântica seria informação puramente proposicional.

⁴ Apesar de fazer referência a imagerias mentais, devo notar que esse é um conceito problemático. Em sua definição e uso nas ciências empíricas, a imageria mental pode ser definida como uma experiência quase-perceptual com um certo sentimento fenomênico. Deve-se levar em conta que a imageria mental não deve ser confundida com imagens mentais, a medida em que o primeiro não diz respeito somente a imagens, mas pode envolver outros sentidos como a audição o olfato etc. Para mais informações ver (NANAY, 2021).

Porém o próprio Tulving (1985) parece se dar conta da insuficiência do critério WWW. Isto porque podemos ter informações sobre algo que aconteceu além de saber onde e como aconteceu, isto tudo sem termos pessoalmente experimentado, e mesmo assim, lembrarmos do evento. Basta que imaginemos que é possível que alguém tenha me contado algo, um episódio de seu passado, e que eu me lembre disso no presente. Minha lembrança no presente é puramente proposicional, a medida em que não posso me lembrar imagetivamente do evento tal como ele ocorreu. Eu posso formar imageria mental com base nessa proposição, mas como veremos adiante, algumas teorias, como a Teoria Causal da Memória, prontamente responderiam que isso não seria uma memória episódica, mas sim um caso de imaginação.

Dessa forma, o critério WWW não era uma condição necessária nem suficiente para lembrar episodicamente (CHENG; WERNING; SUDDENDORF, 2016). Da mesma forma, surgem evidências empíricas de animais não-humanos, como pássaros (*scrub jays*), que não consideraríamos que tem memória episódica, mas que, contudo, têm memória que satisfaz o critério WWW (CLAYTON; DICKINSON, 1998). Esse tipo de evidência não se mostra como algo definitivo para argumentar pela superação do critério WWW, a medida em que é possível simplesmente defender que esses pássaros de fato têm memória episódica. No entanto, dada a substituição do critério WWW, como veremos a seguir, a memória que esses pássaros possuem foi então chamada de memória semelhante a uma memória episódica (*episodic-like memory*).

Na literatura, a diferenciação de Tulving com base no conteúdo da memória, envolvendo o tipo de conteúdo WWW é um exemplo de uma teoria de conteúdo de primeira ordem (*first-order content approach*), *i.e.*, teorias que determinam as diferenças entre tipos de memória somente com base no conteúdo. Contudo, como vimos, esse tipo de distinção falha em diferenciar memórias episódicas de memórias semânticas, pois é possível que memórias semânticas também possuam conteúdo WWW, e também essa distinção falha em dar uma explicação para a fenomenologia da memória. A partir disso, outras teorias como as de conteúdo de segunda ordem (*second-order content approach*) e também teorias fenomenológicas começam a surgir. No que segue, no entanto, nos focaremos nas teorias fenomenológicas, a medida em que são essas que dão conta de aspectos da *experiência* de se lembrar episodicamente, que está inevitavelmente vinculada a experiência de tempo subjetivo, aqui tematizada.

Assim, uma teoria que leva em consideração uma distinção baseada na fenomenologia de cada tipo de memória é apresentada por Tulving em seu artigo *Memory*

and Consciousness, de 1985. Nela, Tulving propõe que o que diferencia na verdade as memórias episódicas, semânticas e procedurais, são os diferentes níveis de consciência empregados no momento da evocação. Essa hipótese surge a partir do estudo de caso de pacientes amnésicos como por exemplo o paciente K.C. K.C. sofreu um grave acidente de motocicleta em razão do qual ele adquire um caso severo de amnésia retrógrada, assim como amnésica anterógrada. Isso significa que K.C. não era capaz de se lembrar de nenhum evento de seu passado, assim como não podia formar novas lembranças. O caso de K.C., assim como o de H.M., também é tido como um caso importante para o desenvolvimento da distinção conceitual entre memória episódica e memória semântica. Isso porque K.C., apesar de não poder se *lembrar* de nenhum evento de seu passado, *sabia* de diversos fatos que aprendeu no passado. Na verdade, Tulving afirma que, se desconsiderássemos seu problema de memória episódica, vemos que K.C. possui características intelectuais muito semelhantes a qualquer outra pessoa, e até mesmo superiores em determinadas atividades cognitivas.

Contudo, além de seu problema para lembrar episódios passados, Tulving nota que K.C. também estava impossibilitado de imaginar situações futuras. Segundo o relato do paciente, quando lhe era pedido para imaginar alguma situação com a qual ele poderia se deparar no futuro, o paciente afirmava que simplesmente não conseguia. Ao ser questionado que tipo de coisa se passava em sua cabeça quando tentava fazê-lo, o paciente simplesmente afirmava que não havia nada ali, da mesma forma como ele afirmava ser seu pensamento quando tentava se lembrar de algo de seu passado. Isso pode ser observado pelo seguinte trecho:

Quando questionado o que ele fará quando ele sair “daqui” ou o que ele fará “amanhã” ele diz que não são. Aqui está uma parte transcrita de uma entrevista, comigo como o entrevistador:

E.T.: “Vamos tentar novamente a questão sobre o futuro. O quer você fará amanhã?”

(Há uma pausa de 15 segundos)

N.N. sorri levemente, e então diz, “Eu não sei.”

E.T.: “Você se lembra da pergunta?”

N.N.: “Sobre o que eu farei amanhã?”

E.T.: “Sim. Como você descreveria seu estado mental quando você tenta pensar sobre isso?”

(Uma pausa de 5 segundos.)

N.N.: “Um branco, acho.”

Quando questionado, em diferentes ocasiões, para descrever o “branco” que caracteriza seu estado mental quando ele tenta pensar sobre o “amanhã”, ele diz que é algo “como estar dormindo” ou que “é um grande branco”. Quando questionado a dar uma analogia, para

descrever como é, ele diz, “é como estar em um quarto como nada lá e ter uma pessoa te mandando pegar uma cadeira, e não existe nada”. (Tulving, 1985, p. 4, minha tradução)⁵

Com base nisso, Tulving desenvolve sua hipótese de que há algum tipo de consciência que acompanha uma experiência de memória episódica e que, além disso, esse mesmo tipo de consciência acompanharia nossa imaginação de situações contrafactuais, tanto passadas como futuras. A razão disso é a de que as sequelas deixadas em K.C. devido ao seu acidente eram bem localizadas. Mais especificamente, os danos se concentravam em seu lobo médio-temporal assim como em seu lobo frontal, áreas essas que já haviam sido descritas como responsáveis pela memória. Dessa forma, como os danos eram bem localizados, e a capacidade de K.C. de se imaginar em situações hipotéticas também tinha sido afetada, era muito possível que a mesma área, ou até mesma a mesma capacidade cognitiva, fosse responsável pelos dois tipos de estados mentais.

3. Tempo subjetivo e fenomenologia

3.1. Autooese

Assim, Tulving (1985) propõe a existência de três tipos de consciência que estariam relacionados respectivamente com diferentes tipos de memória. A memória procedural estaria relacionada com a consciência *anoética*,⁶ a memória semântica com a consciência *noética*, e a memória episódica com a consciência *autonoética*. Central para nossos propósitos e tematizada a seguir é a consciência autonoética, também chamada de maneira mais corriqueira de *autooese*.

Assim, a autooese é responsável pela fenomenologia específica que está relacionada aos episódios que são lembrados pelo indivíduo. A autooese pode ser

⁵ Nesse trecho vemos o paciente K.C. ser representado pelas siglas “N.N.”. Sabemos que se trata de K.C. através da revelação das siglas de seu verdadeiro nome pelo próprio Tulving em (TULVING et al., 1988).

⁶ Aqui não cheguei a tratar das memórias procedurais, para não me estender demasiadamente em assuntos que não dizem respeito centralmente a experiência do tempo subjetivo. Mas acredito que cabe aqui uma breve explicação. Memórias procedurais são também distinguidas por Tulving como memórias não-declarativas, as contrastando com as memórias declarativas (semânticas, episódicas). Portanto, memórias procedurais são memórias cujo conteúdo não pode ser declarado verbalmente dizem respeito a lembranças de *como fazer algo*. Alguns exemplos são: lembrar como andar de bicicleta, lembrar como nadar, lembrar como ler, etc.

entendida como a consciência que temos de nossas experiências em um tempo subjetivo. Assim, quando uma pessoa se lembra de um episódio qualquer, ela tem a consciência de que de fato aquele foi um episódio vivido por ela em um determinado ponto de seu passado. Tulving também suscita o aspecto fenomenal das experiências auto-noéticas e distingue que:

É a consciência auto-noética que confere o elemento fenomênico característico para a lembrança de eventos passados, o elemento que distingue lembrar de outros tipos de consciência, tais como perceber, pensar, imaginar ou sonhar. (TULVING, 1985, p. 3, minha tradução)

Assim, o conceito de auto-noese está diretamente ligado a um aspecto afetivo relacionado a uma experiência de se lembrar de um episódio passado, e que também o diferencia de outros estados mentais. Muitos, como por exemplo William James, caracterizaram a fenomenologia da memória episódica como um *sentimento de passadidade* que transfere o aspecto fenomenal das memórias como um sentimento de calor e intimidade que perpassam a mente do indivíduo quando ele se encontra em um estado mental mnêmico episódico (JAMES, 1890, p. 138).⁷

Dessa forma, Tulving deixa de lado o problemático critério WWW e passa a utilizar as diferenças fenomenológicas para distinguir entre tipos de memória. Vale salientar que ele também afirma que a auto-noese é um elemento necessário para se lembrar episodicamente, pois um indivíduo não pode se lembrar de uma experiência passada se ele não tem no presente a consciência de que ele de fato experimentou dado evento no passado. Dessa maneira, a auto-noese é tida como um elemento indissociável da memória episódica.⁸

⁷ Ao que James se refere simplesmente como “memórias” podemos facilmente identificar com o atual conceito de “memórias episódicas”, pelo fato de que são memórias relativas a eventos do passado pessoal do indivíduo.

⁸ Existe na literatura o relato de um paciente, conhecido como paciente R.B, que após um grave acidente diz ser incapaz de ter a experiência fenomenal de pessoalidade de suas memórias, mas ainda pode se lembrar do conteúdo de suas memórias. Segundo seu próprio relato, “[...] eu não era o “dono” das memórias que ocorreram antes do acidente. Eu sabia de coisas de antes de meu acidente. [...], mas nada disso era “eu”.” (KLEIN; NICHOLS, 2012). Apesar desse relato aparentemente provar uma dissociação, e assim atentar contra a necessidade da auto-noese para a memória episódica, o caso de R.B. não oferece dados neuro cognitivos de sua deficiência, de modo a que somente seu relato pode ser levado em conta.

3.1.1. A autooese como um sentimento metacognitivo

Visões mais recentes em relação ao conceito de autooese apontam na direção de que esse tipo de consciência poderia ser explicado por um tipo de sentimento metacognitivo (PERRIN; MICHAELIAN; SANT'ANNA, 2020). Resumidamente um sentimento metacognitivo “são experiências fenomênicas que apontam na direção de capacidades mentais, processos, disposições do indivíduo, tais como conhecimento, ignorância ou incerteza” (ARANGO-MUÑOZ, 2014). Esse sentimento seria uma resposta à fluência do processamento de determinada cognição. A fluência determina a facilidade com a qual o sistema cognitivo processa tal informação, de maneira que se o processo flui de maneira ótima, então o sistema metacognitivo indicaria ao indivíduo essa fluência do processo através de um sentimento. Esse sentimento é experienciado corporalmente, de forma que o indivíduo *sente* que o processo se deu com um nível aceitável de fluência.

Ao aplicar essa teoria a consciência autooética, os autores indicam que o *sentimento de passadidade* que experimentamos quando nos lembramos de um episódio é dado a partir da fluência do sistema em reconstruir um episódio do passado. Note que nessa concepção a memória se dá de maneira construtiva, indicando que uma teoria Simulacionista da memória se encaixaria melhor dentro dessa concepção. Em suma, se o sistema detecta uma facilidade cognitiva na reconstrução de um episódio, ele então indicaria ao indivíduo por meio da fenomenologia característica da memória episódica, que o episódio de fato se deu em seu passado pessoal.

3.3. Viagem no tempo mental

As intuições de Tulving sobre a fenomenologia do lembrar episódico, isto é, de que lembrar corresponde a re-experienciar o evento passado, suscitaram a ideia de que a memória episódica se apresenta ao sujeito como uma *viagem no tempo mental* em direção ao passado (*past-oriented mental time travel*) (PERRIN; MICHAELIAN, 2017). Desse modo, lembrar corresponderia a colocar-se em um contexto mentalmente construído com base em informações de experiências passadas, e como consequência, o agente poderia *sentir* aquilo que havia experienciado anteriormente.

O conceito de viagem no tempo mental (VTM) foi cunhado por Tulving (1985), e grande parte da proposição desse conceito deriva justamente do estudo do caso do

paciente K.C. O conceito, da maneira como é colocado por Tulving, afirma que lembrar episodicamente seria, justamente por se tratar de um tipo de representação imagética e sensorialmente rica do passado, e que possui uma certa *pessoalidade*, uma forma de viajar mentalmente para o passado. Mais especificamente, quando lembramos estaríamos re-experienciando um episódio passado de maneira muito similar a maneira na qual ele de fato ocorreu.

Afinal, Tulving havia notado em relação ao paciente K.C. que, em decorrência de seu acidente, ele não era capaz de lembrar de nenhum episódio de seu passado (i.e., viajar mentalmente para o passado) nem mesmo de antecipar ou imaginar situações futuras (i.e., viajar mentalmente para o futuro). Como veremos adiante, o conceito de VTM foi importante para o desenvolvimento das teorias construtivistas da memória (DE BRIGARD, 2014; MICHAELIAN, 2016), assim como serve como um fundamento também para pesquisas empíricas que demonstram uma semelhança neurocognitiva dos sistemas que subsidiariam tanto a capacidade de se lembrar do passado como a capacidade de imaginar cenários futuros (ADDIS; WONG; SCHACTER, 2007).

É importante ressaltar que, fundamental também para o conceito de VTM é o conceito de *autonoese*. Essa relação se dá como uma relação de necessidade. Através dessa ideia, uma experiência tão familiar a nós, como por exemplo, lembrar de uma festa de aniversário de nossa infância, se deve ao fato de (i) termos consciência de que o evento evocado é do *nosso* passado (*autonoese*) e que, conseqüentemente, (ii) podemos, baseando-se na habilidade (i), projetar o *self* para um ponto específico de nossa linha temporal subjetiva passada, e assim, experienciar a informação de caráter sensorial que constitui a memória episódica. Nota-se que assim como a capacidade de *autonoese* é *necessária* para que o indivíduo possa lembrar ou, em outras palavras, possa viajar mentalmente no tempo em direção ao passado (SZPUNAR, 2011; TULVING, 2002).

Assim, especificamente no caso do paciente K.C., apesar de possuir muitas capacidades intelectuais que se assemelham, e em algumas situações, até ultrapassam a normalidade, K.C. não teria consciência de que ele possuía um tempo subjetivo, assim como não era consciente de que ele existia em um tempo subjetivo. Dessa forma, seria impossível que ele pudesse viajar mentalmente para um tempo qualquer que seja, haja vista que ele não é consciente de tal tempo (TULVING, 2002).

Vale notar que o conceito de VTM é uma metáfora que possui grande utilidade dentro do contexto psicológico (TULVING; SZPUNAR, 2012). Suas vantagens foram descritas por Tulving e Szpunar da seguinte forma: Primeiramente o conceito de VTM

nos ajuda a separar claramente entre *lembrar* e *saber*, e mais precisamente entre memórias episódicas e memórias semânticas. Isso porque é comum que nos deparemos em situações cotidianas, com afirmações de lembrança que na verdade não representam uma experiência de revisitar o passado. Quando dizemos que lembramos que “Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil em 22 de abril de 1500” certamente não estamos revisitando esse episódio em nossa mente, a medida em que não o experimentamos originalmente. Estamos dessa forma nos referindo a nos lembrar de um certo fato que aprendemos no passado. Assim resumidamente, o conceito de VTM nos ajuda com essas distinções. Se temos uma experiência de reviver o passado, estamos falando de uma memória episódica, se não, de uma memória semântica.

Em segundo lugar, Tulving e Szpunar afirmam que o conceito de VTM abriu caminho para um interesse neuropsicológico em questões relacionadas ao “futuro subjetivo” ou ao “futuro pessoal”. Como já discutimos, uma VTM pode se dar em duas direções. Se dizemos que alguém viajou mentalmente para o passado, dizemos que essa pessoa se lembra de algo, e quando dizemos que alguém viajou mentalmente para o futuro, dizemos que essa pessoa antecipa ou imagina algo do futuro. Diferentemente de pesquisas sobre o futuro pessoal feitas sob a óptica da psicologia social, na qual o interesse era na maneira como os indivíduos concebiam seu futuro pessoal e como isso guiava seus comportamentos, esse novo interesse que surge com a VTM se centra na capacidade que o indivíduo possui de visualizar seu próprio futuro e quais processos neurocognitivos acontecem quando realizamos tal ato.

Dessa forma, já possuímos mais algumas informações sobre a temática da temporalidade subjetiva nas memórias. Vimos primeiramente que o conceito de autoconsciência descreve uma relação subjetiva que pode ser descrita como uma consciência de si mesmo em um tempo subjetivo. Após isso, vimos que essa consciência seria responsável pela fenomenologia característica das memórias episódicas. E por fim chegamos ao conceito de VTM. Vimos sua relação de dependência com os outros dois conceitos descritos anteriormente e provas empíricas que na ausência desses, não é possível viajar mentalmente no tempo. Além disso vimos também brevemente de que maneira o conceito de VTM foi útil para a literatura psicológica, e eventualmente também a filosófica, sobre a memória. Na seção seguinte, analisaremos a importância dos conceitos anteriormente tratados para diversas teorias da memória.

4. Teorias da memória

Nessa seção analisaremos mais cuidadosamente algumas das teorias sobre o lembrar dentro do âmbito *filosófico*. O objetivo dessa sessão é, além de apresentar algumas variedades de teorias filosóficas sobre a memória, mostrar como os conceitos relacionados ao tempo subjetivo que demonstramos podem nos ajudar a ver a capacidade da memória de maneira distinta. Assim, primeiramente darei uma breve explicação do debate (des)continuísta, para situar o leitor na discussão central sobre a mnemicidade.

Com essa primeira conceitualização do debate em mãos, podemos então ir mais profundamente e analisar algumas das diversas teorias que figuram dentro do plano central de debate sobre a memória na filosofia. Algumas teorias são bastante discutidas dentro da filosofia, como por exemplo a Teoria Causal Clássica da Memória e a Teoria Simulacionista da Memória, e outras um pouco menos, como a Teoria Causal Autooética e a Teoria Procedural da memória. Após essa exposição poderemos ver como a aplicação de conceitos como os de autooese e VTM, modificaram ao longo dos anos nosso entendimento sobre a memória.

4.1. O debate (des)continuísta

O debate central dentro do campo da filosofia da memória pode ser definido como o debate entre filósofos continuístas de um lado e filósofos descontinuístas do outro. Um filósofo descontinuísta defende que memória e imaginação não são duas capacidades cognitivas contínuas, ou seja, que existe uma diferença de *tipo* entre memória e imaginação. Continuístas, por outro lado, defendem que memória e imaginação não são capacidades naturalmente distintas, mas que sua diferença, se é que existe alguma, se dá meramente por uma diferença de *grau*.

Mais especificamente, na visão continuísta, a memória disponibiliza informações do passado no presente, e por razões similares, defendem por meio de embasamento empírico, a extrapolação dos processos que fundamentam capacidades mnêmicas para atividades cognitivas imaginativas ou de pensamento contrafactual antecipatório (MICHAELIAN, 2016b; SUDDENDORF; CORBALLIS, 1997). Isto é, na visão continuísta, a memória, assim como a imaginação de cenários futuros, é vista como um processo de construção de cenários mentais. A única diferença entre lembrar e imaginar seria a respectiva orientação temporal de cada estado mental.

Por outro lado, na posição descontinuísta, estados mentais mnêmicos devem ser diferenciados de outros tipos de estados mentais como os imaginativos e os pensamentos antecipatórios (BERNECKER, 2008; KLEIN, 2014; MARTIN; DEUTSCHER, 1966; PERRIN, 2016). Podemos ver que no caso do continuísmo pode ser defendida uma *simetria* entre a memória e a imaginação, enquanto no caso do descontinuísmo, há uma *assimetria* entre estes (PERRIN, 2016). A maneira como essa simetria/assimetria se dá, pode ser explicada pelos mais diversos fatores, dependendo da proposta de cada autor. A defesa da simetria se dá principalmente como uma identificação dos *processos* que fundamentam tanto a memória quanto a imaginação, que fazem parte de uma categoria mais geral de cognição construtiva (MICHAELIAN, 2016a). Já no caso da assimetria existem tanto propostas que também apelam por diferenças processuais entre os dois (PERRIN, 2016), quanto visões mais clássicas nas quais a assimetria poderia ser explicada somente pela presença de uma conexão causal na memória e sua ausência na imaginação (BERNECKER, 2010; MARTIN; DEUTSCHER, 1966).

A seguir veremos algumas teorias da memória que não obstante, estão situadas dentro do debate (des)continuísta. De maneira geral, quando nos referirmos a teorias *causais* estaremos nos referindo a uma visão descontinuísta da memória. Isto porque, como veremos a seguir, teorias causais, por requererem um critério causal que justifica a *preservação* de conteúdo entre a experiência passada e a representação presente, consideram que enquanto memórias satisfazem o critério causal, imaginações não satisfazem, e as duas capacidades são assim, descontínuas entre si. E como representante de uma teoria continuuísta, temos a teoria simulacionista. O simulacionismo é considerado uma teoria continuuísta da memória pois afirma que a memória e imaginação são processos produzidos de maneira muito semelhantes pelo mesmo sistema neurocognitivo, e assim a diferença entre elas não é uma diferença de *tipo*, mas sim uma mera diferença de *grau*. Poderíamos colocar mais explicitamente que simulacionistas afirmam que a única diferença entre lembrar o passado e imaginar o futuro é a respectiva orientação temporal de cada estado mental.

4.1.1. Teoria Causal da Memória

A teoria causal clássica da memória não considera a temporalidade subjetiva para sua definição de memória. No entanto, acredito que seja importante analisarmos essa teoria pois ela é a fonte da qual surge o debate (des)continuísta, assim

como de algumas versões de causalismo que levam em consideração a temporalidade subjetiva.

A ideia que está por trás da teoria causal da memória clássica é a seguinte: se um indivíduo lembra de um evento E é porque essa lembrança é resultante de uma conexão causal entre uma experiência original do evento E e de sua futura representação por meio da evocação da memória de E. Ou seja, a presente representação que um indivíduo tem sobre uma experiência passada *deve* ter se originado nessa experiência passada. Essa teoria foi primeiramente proposta por Martin e Deutscher em seu célebre artigo *Remembering* de 1966, o qual abriu caminho para fecundas discussões sobre a distinção entre memória e imaginação, como veremos adiante. Assim, poderíamos afirmar que a teoria causal desenvolvida por Martin e Deutscher se baseia na ideia do senso comum da memória como uma capacidade de armazenamento e reprodução mental de eventos passados, mas que incorpora um critério causal, que tenta delinear a diferença entre a memória e outros estados mentais.

Uma outra forma de analisar a teoria causal da memória, em sua forma clássica, é pela sua afirmação a respeito da necessidade da conexão causal. Assim, a conexão causal entre a experiência passada e a representação presente é conjuntamente necessária e suficiente para que possamos distinguir um estado mnêmico de outros estados mentais.

Essa conexão causal, segundo Martin e Deutscher, se dá através de um *traço de memória*, que também pode ser chamado de um *engrama*. Um engrama ou traço de memória é aquilo que permite que a conexão causal seja acessada em sua maneira original, isto é, pode ser definido como o veículo dos conteúdos adquiridos pela experiência do evento E, que possibilita a evocação da memória de E. Mais detalhadamente, o traço de memória seria um *estado cerebral* que é análogo estruturalmente ao estado cerebral da experiência do evento E e único a esse evento, o que permite a distinção entre os diversos eventos possíveis de serem lembrados pelo sujeito. Assim, a singularidade de cada lembrança é devida a sua correspondência com um traço de memória específico. Além disso, o traço de memória também seria aquilo que possibilitaria distinção por parte do indivíduo que lembra entre memória e outros estados mentais, sendo que o traço é um componente distinto do estado de lembrança, ou seja, é distinguível de outros componentes que esse estado possa ter (MICHAELIAN; ROBINS, 2018).

Em suma, a teoria desenvolvida por Martin e Deutscher restringe a memória episódica a três condições, de forma que para que um indivíduo possa lembrar de um

evento E, ele: (i) deve representar no presente, dentro de certos limites de acurácia, o evento E; (ii) deve ter experienciado o evento quando ele aconteceu e (iii) deve haver uma conexão causal apropriada, sustentada por um traço de memória devidamente funcional, entre a experiência original de E e sua representação de E no presente. Essas são as condições postas pela teoria causal clássica da memória para que possamos afirmar que um indivíduo de fato lembra de um evento E qualquer. A condição (iii) é aquela que define uma teoria da memória como sendo uma teoria causal, e sua principal função é a de distinguir a memória da imaginação. De fato, se a condição causal tal qual como é expressa na teoria é *necessária* para que um estado mental se qualifique como memória, mesmo que um indivíduo possua uma representação acurada do evento E, porém essa representação não possui a conexão causal necessária entre a experiência original de E e sua representação presente, o estado mental deveria ser considerado imaginação e não memória.

4.1.2. Teoria Causal Autooética

Aqui apresentarei um tipo específico de teoria causal sobre a memória que toma a autooese como um dos critérios centrais para a definição de uma memória, que é a teoria causal autooética. Teorias que se encaixam nessa denominação, podem ser consideradas teorias *híbridas* da memória (MICHAELIAN; ROBINS, 2018), pois adicionam à ideia clássica de causalidade, um critério adicional de autooeticidade. Um exemplo de uma teoria causal autooética pode ser vista nas obras de Stanley Klein (KLEIN, 2014, 2015). Nelas, Klein defende que a memória episódica tem como elemento central, sua subjetividade específica e que essa é satisfatoriamente definida pelo conceito de consciência autooética proposto por Tulving.

Klein (2015) defende uma visão bastante restritiva sobre as definições de memória, de maneira que, para ele, o conceito de memória utilizado atualmente tanto na literatura filosófica quanto psicológica é erroneamente designado a capacidades cognitivas que não satisfazem as condições para que um estado mental seja considerado uma memória. A memória, para Klein, é definida por duas características necessárias principais: (1) uma conexão causal entre o conteúdo da experiência passada e a representação presente e (2) uma experiência subjetiva de reviver o episódio passado como pertencente ao passado pessoal do indivíduo e que contém informação qualitativa que se assemelha às informações qualitativas da percepção desse evento passado.

A condição (1) é aquilo que define a visão de Klein como uma teoria causal, enquanto a condição (2) define essa teoria como causal-autonoética (MICHAELIAN; ROBINS, 2018). Vemos na teoria de Klein uma semelhança com as condições propostas por Martin e Deutscher, pela aceitação da conexão causal entre a experiência passada e a representação presente, mas ela também difere em aspectos significativos. Primeiramente Klein não considera que aquilo que chamamos de memórias semânticas, ou aquilo que Martin e Deutscher se referiam como saber-que (*know-that*), e as memórias procedurais (*know-how*) devam ser categorizadas como memórias. Memórias seriam definidas não pelo conteúdo que carregam e nem mesmo estritamente por sua conexão com o passado, mas sim pela maneira como são experimentadas.

Memórias semânticas e memórias procedurais, apesar de também terem uma conexão causal com o passado, falhariam em ser consideradas como memórias pois não possuem a condição (2), ou seja, não são caracterizadas como uma experiência subjetiva única no momento da evocação. Memórias semânticas, em particular, podem fazer referência ao passado explicitamente em seu conteúdo, como por exemplo em “lembro que a Revolução Francesa teve início em 1789”, mas para que a orientação temporal do conteúdo seja disponível para o indivíduo, essa requer que o indivíduo intérprete e faça inferências em relação a outros conhecimentos que ele possui. Enquanto isso, na memória episódica, a relação entre o indivíduo e a orientação temporal se apresenta de maneira não-reflexiva e instantânea.

Para Klein, a maioria das ações mentais possíveis (conhecimento, julgamentos, sonhos, planos, imaginações, ideias, emoções, sentimentos de familiaridade etc.) podem ter uma conexão causal com o passado, e dessa forma, categorizar todos esses estados mentais como ‘memória’ seria expandir demasiadamente o conceito de memória, a ponto de torná-lo trivial, já que abarcaria quase a totalidade dos estados mentais possíveis (KLEIN, 2015). Além disso, Klein argumenta que de todos os tipos de memória levados em consideração atualmente somente a memória episódica faz uma verdadeira referência a um self passado. Partindo de uma análise funcional da mnemicidade, Klein argumenta que as memórias semânticas e procedurais, apesar de terem uma conexão causal com o passado, são voltadas para o presente e para o futuro. Os conhecimentos e habilidades motoras e cognitivas têm o propósito, segundo ele, de preparar o indivíduo para situações futuras em que essas habilidades e conhecimentos serão necessários. Já a memória episódica, por se constituir primariamente de uma experiência de reviver o passado de

maneira não-reflexiva, possui exclusivamente a função de habilitar o indivíduo com informações de situações passadas.

Assim, na teoria de Klein, o conceito de memória se torna um tanto quanto restritivo, pois limita a experiências de memória, somente aquilo que designaríamos como memórias episódicas. Contudo, o que parece ser de maior importância na teoria de Klein é a capacidade de sua teoria de assimilar uma visão onde o elemento da subjetividade da memória tem um papel central, além de sua capacidade de relacionar essa subjetividade com a ideia de causalidade, tal qual proposta por Martin e Deutscher. Ademais, a teoria de Klein, por meio da adição do critério de autoeticidade, tenta propor uma versão atualizada da teoria causal da memória, que se propõe a dialogar com as pesquisas que mostram que a subjetividade possui um papel central em nossa definição de memória e que essa subjetividade não pode ser ignorada.

4.1.3. Teoria Causal Procedural

A teoria causal procedural difere da teoria causal clássica pois vê que a diferença entre lembrar e imaginar não está propriamente nos conteúdos que estão envolvidos nos processos de codificação, armazenamento e evocação da memória, mas sim os processos que fundamentam a construção de cenários mentais envolvidos tanto na memória episódica quanto na imaginação de cenários futuros. Dessa maneira, Perrin alega que há uma diferença entre lembrar e imaginar, não porque essas capacidades tenham *conteúdos* diferentes, mas sim porque os *processos* que são usados diferem (PERRIN, 2016). Assim, o processo que dá origem a uma memória episódica difere do processo que dá origem a uma imaginação, ou antecipação episódica (*episodic anticipation*), como o autor se refere, pois o elemento autoético difere na participação em cada processo. Enquanto na memória episódica a autoeticidade é automaticamente pessoal, dada por processo de detecção, a autoeticidade na antecipação episódica não é automaticamente pessoal e é dada por processo de atribuição.

O autor demonstra algumas diferenças cognitivas empiricamente embasadas entre o lembrar e o imaginar que fundamentam a proposta defendida. Primeiro, ele mostra que existem evidências de que os eventos lembrados estão ligados a detalhes contextuais mais ricos e vívidos, do que aqueles apresentados em pensamentos antecipatórios (D'ARSEMBEAU; VAN DER LINDEN, 2004, 2006). Segundo, ele apresenta evidências de que eventos imaginados possuem uma valência emocional positiva em

relação a eventos lembrados (BERNTSEN; BOHN, 2010; RASMUSSEN; BERNTSEN, 2013). E por fim, o autor mostra que imaginar é mais cognitivamente exigente, por apresentar o elemento da novidade e que envolve áreas do cérebro não envolvidas na memória (ADDIS; WONG; SCHACTER, 2007; SCHACTER; ADDIS, 2007; SZPUNAR; WATSON; MCDERMOTT, 2007). Dessa forma o autor defende a visão na qual o papel funcional da memória episódica pode ser visto como aquele de fornecer pedaços de informação para que o pensamento antecipatório possa recombina-las com a finalidade de possibilitar uma adaptação do comportamento futuro em relação a ocorrências passadas.

Ademais, podemos notar que a visão de Perrin demonstra uma noção de causalidade que difere significativamente das teorias causais e neocausais, que resulta na negação do transmissionismo do conteúdo entre a experiência e a representação.⁹ Isso porque a causação, na teoria de Perrin, se dá em relação ao processo ao invés do conteúdo. Enquanto teorias causais e neocausais da memória entendem a causação como a transmissão de conteúdo a partir de traços de memória, Perrin alega que o processo responsável pela reconstrução de representações se conecta causalmente ao processo construtivo de percepção, e que essa relação garante a *fluência* entre os dois processos.

Como veremos na próxima seção, conforme teorias baseadas na ideia de a memória ser baseada em um processo construtivo avançaram, as evidências empíricas que dizem respeito a como a memória funciona, deram suporte a visão do processo mnêmico como um processo de simulação, isto é, um processo construtivo que permite a geração de conteúdo a partir de um sistema confiável. A partir dessa visão, a memória não é um processo de mera reprodução de conteúdos armazenados, e sim é uma reconstrução de cenários mentais, sendo, portanto, mais flexível em relação à geração e perda de conteúdos na memória. A visão construtiva vem ganhando mais notoriedade nas discussões, principalmente porque possui grande respaldo em evidências científicas.

4.1.4. Teoria Simulacionista da Memória

A teoria simulacionista ou simplesmente simulacionismo, pode ser definido como a visão que defende que a memória episódica faz parte do sistema de construção episódico

⁹ A noção de transmissionismo exposta aqui se refere à transmissão de conteúdo da experiência original para a representação que o indivíduo tem no presente. Normalmente as visões transmissionistas se apoiam no conceito de um traço de memória.

de imaginação, sendo assim uma forma de imaginar o passado. A única diferença, de acordo com o simulacionismo, entre uma memória episódica e uma imaginação a respeito de um evento futuro seria a orientação temporal, enquanto aquela se dirige ao passado, esta se dirige ao futuro. Então, quando um indivíduo S lembra que p, dizemos que ele imagina com grau de acurácia suficiente, dado a confiabilidade de seu sistema de construção episódico, o evento p. Como veremos adiante, o caráter construtivo da memória está no centro dessa caracterização, dado que para que o indivíduo possa lembrar de um evento ele deve reconstruir esse evento se baseando não só em informações armazenadas relativas ao evento, mas também de outras fontes, como por exemplo, no testemunho de outros indivíduos. Assim, segundo o simulacionismo, um indivíduo S lembra que p, se: (i) S tem uma representação presente R de p e (ii) R é produzida por um sistema de construção episódico propriamente funcional que visa produzir uma representação de um episódio pertencente ao passado pessoal de S (MICHAELIAN, 2016a).

O simulacionismo nasce a partir de uma tentativa de atualizar as teorias da memória em relação às descobertas empíricas sobre o caráter construtivo da memória. Michaelian argumenta que devido ao grande número de evidências empíricas, provenientes do campo da psicologia e das neurociências, devemos abandonar a ideia na qual a memória seria uma mera capacidade de reprodução das informações armazenadas, e que é necessário o desenvolvimento de uma teoria da memória que seja capaz de suportar o caráter construtivo e suas respectivas implicações (MICHAELIAN, 2016a).

Essa condição construtiva diz que a memória é um processo *construtivo* ao invés de um processo meramente *reprodutivo*, isto é, a memória se utiliza de informações tanto da experiência original do evento como de outros estados mentais para reconstruir acuradamente o evento no momento da evocação. Assim, ao invés de somente preservar o conteúdo por um traço de memória, a memória se utilizaria tanto das informações do episódio pertinente como também de informações de outras fontes para recriar representações que se assemelham de maneira suficientemente acurada às experiências passadas do indivíduo.

A partir da análise de teorias causais construtivistas da memória, Michaelian (2011) defende que para que possamos introduzir a condição construtiva em uma teoria da memória, de maneira que seja condizente com as recentes evidências empíricas, é necessário abandonar por completo o critério causal, pois as teorias causais que tentam

assimilar a condição construtiva não se adequam às versões mais fortes do construtivismo, que é aquilo que parece ser sugerido pelas evidências empíricas.

Além da permissão de construção de conteúdo, a teoria simulacionista permite também a *geração* de novos conteúdos. Diferentemente das teorias causais de modo geral, que admitem que o conteúdo da representação perceptual da experiência passada tem de ser armazenado e preservado no sistema de memória para que possa em um momento futuro ser evocado, a teoria simulacionista admite uma forma radical de gerativismo em relação à memória.

Por se basear majoritariamente na ideia de continuidade entre os processos de memória e imaginação, podemos ver uma semelhança grande entre a concepção do aspecto experiencial da memória no simulacionismo e na visão de Tulving. Isto porque uma experiência de memória episódica nos dois casos é entendida como um processo de *viagem no tempo mental*. Isso significa que para que possamos nos lembrar de algo, temos que projetar nosso self para um determinado ponto de nosso passado. Tal habilidade não seria possível, contudo, sem as respectivas capacidades cognitivas de autoconsciência, como vimos anteriormente. A mesma coisa se dá em relação a uma imaginação de um cenário futuro. Para que eu possa imaginar um cenário que provavelmente acontecerá no futuro, preciso projetar meu self para um tempo futuro, que também é mediado pela capacidade de autoconsciência. Como vimos anteriormente, na sessão do causalismo procedural, é possível, no entanto que argumentemos que a maneira como o processamento do elemento autoconsciente ocorre em cada tipo de atividade mental (imaginar e lembrar) seja distinta.

Assim, a teoria simulacionista se mostra como uma teoria que difere significativamente das teorias baseadas na causalidade entre a experiência passada e a representação presente. No simulacionismo, as memórias são definidas por um processo de construção, baseado tanto nas informações originadas na experiência original do evento, como também pode ser baseada unicamente em outros estados mentais, ou até mesmo no testemunho de outros agentes.

A grande vantagem da teoria simulacionista é que ela se adequa bem às descobertas empíricas recentes sobre o caráter construtivo da memória. Existem cada vez, mais evidências de que de fato o sistema neurocognitivo que subsidia a capacidade da memória é o mesmo do que subsidia a imaginação, talvez com diferenças pouco significativas. Dessa maneira, olhando de uma perspectiva da filosofia naturalista, isto é, um tipo de filosofia que se utiliza dos dados das ciências empíricas para mediar a maneira como entendemos nossos conceitos, talvez devêssemos repensar a maneira como

vínhamos pensando o conceito de memória. Vale a pena ressaltar que entender a memória como uma experiência de VTM não necessariamente nos compromete com uma visão continuísta da memória, pois, afinal de contas, seria possível defender que a memória se dá como uma experiência de projeção para um cenário do passado sem defender que exista uma continuidade entre memória e imaginação.

A noção de autoese, como foi mostrado nessa seção, têm relativa importância para teorias recentes da memória, principalmente aquelas que levam em consideração resultados das ciências empíricas. Isso porque cada vez mais estudos empíricos demonstram que a capacidade de lembrar pode ser vista como uma *experiência* de VTM. Ao invés de tentarmos caracterizar o ato de lembrar através puramente de seu conteúdo, os estudos de Tulving (1985) nos mostram que a maneira com a qual evocamos determinado tipo de informação pode ser a chave para que possamos distinguir memórias episódicas de outros tipos de memória. Já em relação a diferenciação entre memórias e estados mentais imaginativos, vemos que algumas teorias como a teoria causal autoética e a teoria causal procedural se utilizam da autoese como um elemento que diferencia memórias de imaginações, enquanto a teoria simulacionista caracteriza memórias e imaginações como estados mentais de mesmo tipo e que possuem capacidades autoética semelhantes, senão idênticas.

Conclusão

Aqui, tentei dar um panorama a respeito de dois conceitos fundamentais para o estudo da filosofia da memória contemporânea: o conceito de autoese e o de viagem no tempo mental. Demonstrei que ambos os conceitos foram postos para solucionar problemas conceituais anteriores. O conceito de autoese surge como uma possibilidade de solucionar o problema do critério WWW primeiramente teorizado por Tulving em 1972, assim como dar conta de evidências empíricas de pacientes amnésicos, como o paciente K.C.

Em seguida demonstrei como este conceito é fundamental para a definição da memória e da simulação futura como uma experiência de VTM. Segundo o que afirmo, há uma relação de fundamentação entre esses conceitos, com o conceito de VTM dependendo necessariamente do conceito de autoese. Isto também foi demonstrado como importante para uma explicação da incapacidade do paciente K.C. de lembrar ou imaginar situações futuras.

Além disso, também demonstrei, mais especificamente, qual o impacto que os conceitos relacionados à experiência da temporalidade subjetiva tiveram nas teorias mais recentes sobre a memória. Apesar de surgirem dentro do âmbito da pesquisa empírica psicológica, esses conceitos se mostraram com úteis para o desenvolvimento de teorias filosóficas sobre a memória, aproximando ainda mais as duas áreas até o ponto em que nos encontramos atualmente, isto é, o de uma verdadeira área de estudos interdisciplinar. Pudemos ver que, comparado a teoria Causal Clássica de Martin e Deutscher, as conceitualizações sobre a subjetividade das memórias episódicas trouxeram uma distinção mais claras sobre tipos de memórias, tocando no problema da episodicidade, assim como ajudaram a especificar (no caso de teorias descontínuístas) ou borrar completamente (no caso de teorias continuístas) a diferença entre memória e imaginação.

Referências

- ADDIS, D. R.; WONG, A. T.; SCHACTER, D. L. Remembering the past and imagining the future: Common and distinct neural substrates during event construction and elaboration. **Neuropsychologia**, v. 45, n. 7, p. 1363–1377, 2007.
- ARANGO-MUÑOZ, S. Metacognitive Feelings, Self-Ascriptions and Mental Actions. *Philosophical Inquiries*, v. 2, n. 1, p. 145–162, 2014.
- ATKINSON, R. C.; SHIFFRIN, R. M. Human Memory: A Proposed System and its Control Processes. **Psychology of Learning and Motivation - Advances in Research and Theory**, v. 2, n. C, p. 89–195, 1968.
- BERNECKER, S. **The Metaphysics of Memory**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2008. v. 17
- BERNECKER, S. **Memory: A Philosophical Study**. [s.l.] Oxford University Press, 2010.
- BERNTSEN, D.; BOHN, A. Remembering and forecasting: The relation between autobiographical memory and episodic future thinking. **Memory and Cognition**, v. 38, n. 3, p. 265–278, 2010.
- CHENG, S.; WERNING, M.; SUDDENDORF, T. Dissociating memory traces and scenario construction in mental time travel. **Neuroscience and Biobehavioral Reviews**, v. 60, p. 82–89, 2016.
- CLAYTON, N. S.; DICKINSON, A. Episodic-like memory during cache recovery by scrub jays. **Nature**, v. 395, n. 6699, p. 272–274, 1998.
- D'ARGEMBEAU, A.; VAN DER LINDEN, M. Phenomenal characteristics associated with projecting oneself back into the past and forward into the future: Influence of valence and temporal distance. **Consciousness and Cognition**, v. 13, n. 4, p. 844–858, 2004.
- D'ARGEMBEAU, A.; VAN DER LINDEN, M. Individual differences in the phenomenology of mental time travel: The effect of vivid visual imagery and emotion regulation strategies. **Consciousness and Cognition**, v. 15, n. 2, p. 342–350, 2006.
- DE BRIGARD, F. Is memory for remembering? Recollection as a form of episodic hypothetical thinking. **Synthese**, v. 191, n. 2, p. 155–185, 2014.

- DOKIC, J. Feeling the Past: A Two-Tiered Account of Episodic Memory. **Review of Philosophy and Psychology**, v. 5, n. 3, p. 413–426, 2014.
- JAMES, W. **The Principles of Psychology**. *Journal of the History of Philosophy*, v. 21, n. 2, p. 270–272, 1890.
- KLEIN, S. B. Auto-noesis and Belief in a Personal Past: An Evolutionary Theory of Episodic Memory Indices. **Review of Philosophy and Psychology**, v. 5, n. 3, p. 427–447, 2014.
- KLEIN, S. B. What memory is. **Wiley Interdisciplinary Reviews: Cognitive Science**, v. 6, n. 1, p. 1–38, 2015.
- KLEIN, S. B.; NICHOLS, S. Memory and the Sense of Personal Identity. **Mind**, v. 121, n. 483, p. 677–702, 2012.
- MARTIN, C. B.; DEUTSCHER, M. Remembering. **The Philosophical Review**, v. 75, n. 2, p. 161, abr. 1966.
- MICHAELIAN, K. Generative memory. **Philosophical Psychology**, v. 24, n. 3, p. 323–342, 2011.
- MICHAELIAN, K. **Mental Time Travel: Episodic Memory and Our Knowledge of the Personal Past**. [s.l.] The MIT Press, 2016a.
- MICHAELIAN, K. Against Discontinuism. **Seeing the Future**. [s.l.] Oxford University Press, 2016b. p. 62–92.
- MICHAELIAN, K.; ROBINS, S. K. Beyond the causal theory? Fifty years after Martin and Deutscher. **New Directions in the Philosophy of Memory**, p. 13–32, 2018.
- MICHAELIAN, K.; SUTTON, J. Memory (**Stanford Encyclopedia of Philosophy**). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/memory/>>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- MILNER, B.; CORKIN, S.; TEUBER, H. L. Further analysis of the hippocampal amnesic syndrome: 14-year follow-up study of H.M. **Neuropsychologia**, v. 6, n. 3, p. 215–234, 1968.
- NANAY, B. Mental Imagery (**Stanford Encyclopedia of Philosophy**). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/entries/mental-imagery/>>. Acesso em: 6 jun. 2022.
- PERRIN, D. Asymmetries in Subjective Time. **Seeing the Future**, p. 39–61, 2016.
- PERRIN, D.; MICHAELIAN, K. Memory as mental time travel. **The Routledge Handbook of Philosophy of Memory**, n. Debus 2014, p. 228–239, 2017.
- PERRIN, D.; MICHAELIAN, K.; SANT’ANNA, A. The Phenomenology of Remembering Is an Epistemic Feeling. **Frontiers in Psychology**, v. 11, p. 1–26, 2020.
- RASMUSSEN, A. S.; BERNTSEN, D. The reality of the past versus the ideality of the future: Emotional valence and functional differences between past and future mental time travel. **Memory and Cognition**, v. 41, n. 2, p. 187–200, 2013.
- RIBAS, G. F. Filosofia da memória: problemas e debates acerca da memória episódica. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, v. 12, n. 31, p. 77–106, 20 jul. 2020.
- SCHACTER, D. L.; ADDIS, D. R. The cognitive neuroscience of constructive memory: Remembering the past and imagining the future. *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences*, v. 362, n. 1481, p. 773–786, 2007.
- SCOVILLE, W. B.; MILNER, B. Loss of recent memory after bilateral hippocampal lesions. *Journal of neurology, neurosurgery, and psychiatry*, v. 20, n. 1, p. 11–21, 1957.
- SQUIRE, L. R. **Memory and Brain Systems: 1969-2009**. *Journal of Neuroscience*, v. 29, n. 41, p. 12711–12716, 14 out. 2009.
- SUDDENDORF, T.; CORBALLIS, M. C. Mental time travel and the evolution of the human mind. **Genetic, social, and general psychology monographs**, v. 123, n. 2, p. 133–67, maio 1997.
- SZPUNAR, K. K. On subjective time. **Cortex**, v. 47, n. 3, p. 409–411, 2011.

- SZPUNAR, K. K.; WATSON, J. M.; MCDERMOTT, K. B. Neural substrates of envisioning the future. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America**, v. 104, n. 2, p. 642–647, 2007.
- TULVING, E. Episodic and semantic memory. **Organization of Memory**. [s.l.: s.n.]. v. 1p. 381–403.
- TULVING, E. Memory and consciousness. **Canadian Psychology/Psychologie canadienne**, v. 26, n. 1, p. 1–12, jan. 1985.
- TULVING, E. et al. Priming of semantic autobiographical knowledge: A case study of retrograde amnesia. **Brain and Cognition**, v. 8, n. 1, p. 3–20, 1988.
- TULVING, E. Chronesthesia: Conscious Awareness of Subjective Time. **Principles of Frontal Lobe Function**. [s.l.] Oxford University Press, 2002. v. 38p. 311–325.
- TULVING, E.; SZPUNAR, K. K. Does The Future Exist? Mind and the Frontal Lobes: Cognition, **Behavior, and Brain Imaging**, p. 248–263, 2012.

Recebido em: 01/12/22

Aprovado em: 23/07/23